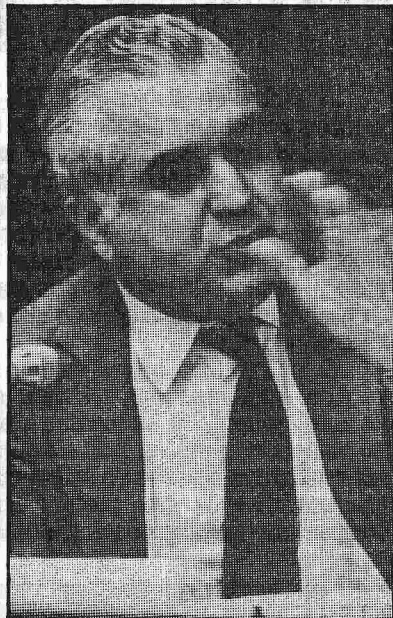


Rui Altenfelder



Alberto Venâncio

## Mercado precisa ser base

A economia de mercado como base da economia nacional foi defendida por Rui Altenfelder, diretor da Federação e dos Centros das Indústrias do Estado de São Paulo e presidente em exercício da Comissão de Assuntos Legislativos da CNI. Em sua exposição, Altenfelder ressaltou que a futura Constituição deve tornar claros os direitos e as garantias da empresa privada.

“E isso significa explicitar o princípio da livre concorrência e da igualdade entre empresas, garantir o capital contra a expropriação — salvo em obediência ao regime comum de desapropriações — e garantir o capital contra o controle abusivo de preços, como são aqueles que acabam por inviabilizar o lucro. Em suma, garantir a economia de mercado como base da economia nacional”.

Altenfelder, coordenador desta etapa do Fórum JB/CNJ, lembrou que há centenas de projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional e que trazem em seu bojo o espectro do aumento da intervenção do estado na economia. Disse ser importante que os empresários e defensores do regime das liberdades na economia se unam e se preparem para fornecer àqueles que integrarão a Assembléia Nacional Constituinte suas idéias e ideologias a respeito da ordem econômica na Constituição.

“A Constituição não é um corpo de normas nem só uma carta de intenções políticas. E o estatuto da nacionalidade, a norma fundamental da cidadania. Sem constituição não há cidadania e sem cidadania não há direitos. E onde não há direitos somos todos presa fácil do arbítrio e da opressão. Sentimos isso como empresários da mesma forma que a sociedade civil de modo geral” — ponderou ele.

Ressaltou que, para a vida econômica, a clara discriminação dos direitos da empresa, centro de convergência do capi-

tal e do trabalho, é um dos elementos decisivos da reorganização do País. “Os anos de intervenção — disse ele — “sem medidas justas e transparentes nos terrenos da livre iniciativa, prejudicaram sensivelmente o desenvolvimento da ordem econômica, que não se mede apenas por resultados, mas no plano constitucional, pelo respeito e pela garantia de direitos”.

Segundo ele, participar da Constituinte é um dever de todos, pois é o caminho para discriminar os deveres do estado perante o cidadão, e do cidadão perante o estado, garantindo as relações globais da sociedade. Para os empresários, isto traduz a necessidade de uma luta pela economia de mercado e princípios da livre iniciativa.

“Por outro lado, com igual convicção, entendemos que o direito da empresa e a garantia do capital têm uma contrapartida: a repressão aos abusos do poder econômico e o sistema de proteção ao consumidor. Só assim é possível trazer à livre iniciativa a dimensão correta do princípio da ordem econômica” — acrescentou.

Concluindo sua intervenção, Rui Altenfelder citou um pensamento de Keynes: “A vigente depressão mundial, a enorme anomalia do desemprego num mundo cheio de necessidades, os desastrosos erros cometidos, cegam-nos para o que está ocorrendo sob a superfície, para a verdadeira interpretação das tendências das coisas. De minha parte, prevejo que ainda em nossa época deverá ser provado o desacerto dos dois erros opostos de pessimismo que atualmente tanto tumultuam o mundo. O pessimismo dos revolucionários, para quem as coisas vão tão mal que nada nos pode salvar, a não ser violentas transformações; e o pessimismo dos reacionários, para os quais o equilíbrio da vida econômica e social é tão precário que não devemos nos arriscar a fazer experiências”.